

Sigraf

ABIGRAF
RIO DE JANEIRO

FG Fundação
Gutenberg
de Artes
Gráficas

SINDICATO
FILIADO A/D:

Sistema
FIRJAN

INFORMA, FORMA, TRANSFORMA.

CIRCULAR DO SINDICATO DAS INDÚSTRIAS GRÁFICAS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

WWW.SIGRAF.ORG.BR

Rio de Janeiro, 22 de junho de 2018.
AJUR/SIGRAF/RJ.
Circular nº. 118/2018.
Assunto: Informativo Micro e Pequena Empresa.

Prezado Associado,

Segue para conhecimento em anexo, o **Informativo MPE** edição nº 16, de 15.JUN.2018, elaborado pela Confederação Nacional da Indústria - CNI / Conselho Temático da Micro e Pequena Empresa – COMPEM.

Atenciosamente,
DEPTº.JURÍDICO.

Sistema SIGRAF / ABIGRAF-RJ

Informamos que nossas circulares são publicadas diariamente no site: www.sigraf.org.br

PATROCINADOR ESPECIAL

Sistema
FIRJAN | 
INFORMA, FORMA, TRANSFORMA.

PATROCINADOR PRATA

HEIDELBERG

APOIO



Dvz
impressão digital

HOLOGRÁFICA

gráfica
Onida





INFORMATIVO MPE



Confederação Nacional da Indústria
CNI. A FORÇA DO BRASIL. INDÚSTRIA

Aplicativo auxilia CGU no monitoramento das políticas de integridade no Governo Federal

Parceria e pioneirismo. As palavras nortearam as falas das autoridades durante o lançamento, nesta terça-feira (12), em Brasília (DF), da versão para o setor público do TheIntegrityApp. A ferramenta digital, desenvolvida em conjunto pelo Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União (CGU) e a Alliance for Integrity, permite que os órgãos do Executivo Federal, a partir de mecanismos de autoavaliação, identifiquem e fortaleçam suas práticas de integridade. Em novembro passado, já havia sido apresentada a versão do aplicativo para o setor privado.

“Não adianta somente implementar a integridade no lado privado, se o outro lado da mesa continua com os mesmos vícios e relações promíscuas. Temos que desenvolver e fomentar a ética nesses dois ambientes”, disse o ministro da Transparência, Wagner Rosário. Ele destacou que a nova ferramenta auxiliará a CGU no monitoramento e diagnóstico dos programas de integridade em 347 órgãos e entidades do Governo Federal, que devem ser implementados até 30 de novembro, conforme previsto na Portaria nº 1.089/2018, que regulamenta o Decreto de Governança Pública (nº 9.203/2017).

“O aplicativo será essencial para que a CGU consiga mensurar e entender a evolução desse processo. A ferramenta irá apresentar uma visão do implementador (unidades de gestão da integridade designadas em cada órgão para coordenar as ações) e do próprio servidor, que poderá dizer, na prática, se os instrumentos relacionados à integridade chegaram até ele (a exemplo de códigos de conduta e canais de denúncia). Tudo será monitorado, para produção de relatórios gerenciais”, explicou Renato Capanema, diretor de Promoção da Integridade e Cooperação Internacional da CGU.

Para íntegra: <https://goo.gl/kvBBUC>
12 de junho de 2018. Fonte: CGU



Aprovação do Cadastro Positivo no Senado é prioridade do governo

A pauta prioritária do governo federal inclui a votação, antes do recesso parlamentar, que começa no dia 17 de julho, do projeto de desestatização das distribuidoras da Eletrobras, além da conclusão da votação do Cadastro Positivo e a aprovação da Medida Provisória que criou o Ministério da Segurança Pública.

A informação é de Carlos Marun, ministro-chefe da Secretaria de Governo, "Tenho a convicção de que vamos conseguir aprovar, até porque os sinais são positivos, tivemos nas duas últimas semanas uma grande produção legislativa", afirmou Marun.

Segundo o ministro, o calendário apertado, em meio à Copa do Mundo e às festas juninas, não deve atrapalhar os planos do governo. Ele ressaltou que também não há risco de votação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias, que tem que ser aprovado antes do recesso ou passará a trancar a pauta do Legislativo.

A votação do projeto que trata do Cadastro Positivo (PLP 441/2017), cujo texto-base já havia sido aprovado pela Câmara dos Deputados em maio, ainda precisa que os destaques sejam aprovados. Depois disso, a matéria seguirá para o Senado. O projeto prevê a inclusão no Cadastro de informações sobre empréstimos quitados e obrigações de pagamento que estão em dia de todas as pessoas físicas e jurídicas do país. A medida ajuda na formação do histórico de crédito, que poderá ser acessado por instituições financeiras para concessão de crédito ou outros serviços.

Para íntegra: <https://goo.gl/KPMx6E>
12 de junho de 2018. Fonte: Diário do Comércio

Comissão aprova retorno de empresas ao Simples com adesão a parcelamento de dívidas

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços da Câmara aprovou na quarta-feira (6) o Projeto de Lei Complementar (PLP) 500/18, do deputado Jorginho Mello (PR-SC), que permite o retorno ao Simples Nacional dos microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte excluídos do regime especial em 1º de janeiro por dívidas tributárias.

O retorno ocorrerá desde que iniciem o pagamento das dívidas por meio do Programa de Regularização Tributária das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional (Pert-SN). Também chamado de Refis da microempresa, o programa foi instituído pela Lei Complementar 162/18.

Pela proposta aprovada, a reinclusão no Simples Nacional deverá ser pedida, de forma extraordinária, no prazo de 30 dias contados da data de adesão ao Refis, com efeitos retroativos à 1º de janeiro de 2018.

O projeto recebeu parecer favorável o relator, deputado Covatti Filho (PP-RS). Ele lembrou que o projeto que deu origem à lei do Refis foi vetado pelo presidente Michel Temer em janeiro, mesmo mês em que as microempresas com dívidas tributárias foram excluídas do Simples Nacional.

Posteriormente, em abril, o veto foi derrubado pelo Congresso Nacional, mas as empresas já não faziam mais parte do regime especial, o que inviabilizou a adesão delas ao Refis.



Com o projeto, as microempresas terão um prazo para aderir ao parcelamento das dívidas e retornar ao regime especial da tributação. “A medida é meritória do ponto de vista econômico, uma vez que permitirá fôlego financeiro a um grande número de empresas geradoras de emprego, preservando sua capacidade produtiva, a bem de toda a economia brasileira”, disse Covatti Filho.

Para íntegra: <https://goo.gl/ZaJp6B>
08 de junho de 2018. Fonte: Câmara dos Deputados

INFORMATIVO MPE | Clipping de Notícias produzido pela Confederação Nacional da Indústria - Unidade de Política Industrial | Gerente Executivo: João Emílio Padovani Gonçalves | Equipe: Caroline Lompa; Suzana Squeff Peixoto Silveira; Cristiano Silva; Valentine Braga; Gabriela Ribeiro Iwata Macedo | Obtenção de cópia das notícias mencionadas pelo telefone (61) 3317.9056 – ou pelo e-mail compem@cni.org.br | Supervisão Gráfica: Núcleo de Editoração CNI | Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.